VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

COTIDIANO EM "RONDA": DISCURSOS SOBRE A INFÂNCIA E JUVENTUDE EM FLORIANÓPOLIS ATRAVÉS DAS PÁGINAS DE O ESTADO (1979 – 1990)

Camila Serafim Daminelli*

É sempre um desafio, no trabalho do/a historiador/a, apreender os modos de vida de homens, mulheres, crianças e jovens, através das fontes que estão disponíveis sobre dado momento histórico, a fim de criar uma história sobre suas vidas para além do que a documentação sugere. No caso da utilização de fontes jornalísticas, como no estudo que realizo para escrita de minha dissertação de mestrado, o exercício de crítica às fontes se apresenta sob dois pontos fundamentais: o primeiro, claro, situar o leitor sobre o corpo editorial do jornal, suas prioridades, interesses, vinculação com grupos políticos e sociais, etc. Em segundo lugar, é necessário se familiarizar com a documentação, o que nos remete a identificar e problematizar os discursos destes cronistas do cotidiano a respeito de uma série de personagens *outros*: os populares, seus valores e práticas no âmbito da família, do trabalho...

O Estado, o periódico principal desta análise, foi fundado no ano de 1915, em um momento bastante distinto do atual universo jornalístico, onde os classificados e a

* Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Cultural na Linha de Pesquisa Relações de Poder e Subjetividades, bolsista CAPES. A orientação deste trabalho é do Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza e da Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend. Email para correspondência: camis.hst@gmail.com.

ISBN: 978-85-98711-10-2

propaganda financiam a produção. No editorial desta primeira edição lê-se a seguinte justificativa: "Em um regime de opinião é incontestável o papel que a imprensa desempenha em face aos acontecimentos que se desenvolvem na vida política do país, ligando à sua própria existência e norteando as aspirações populares a conquista de melhores destinos".[1]

Ligado a algumas famílias tradicionais da cidade, envolvidas de longa data no cenário político, o periódico surgiu visando ser um veículo de comunicação partidária, numa época em que os mais poderosos e influentes meios de informação não escondiam seu engajamento político (Pereira, 1992). No caso de *O Estado*, é após a redemocratização do país, finda a Segunda Guerra Mundial, que ele se vincula mais evidentemente a um projeto político partidário, o do Partido Social Democrata (PSD). Ao longo de todo século XX, *O Estado* realizou diversas mudanças gráficas e editoriais, em que se vê crescente adensamento das sociabilidades urbanas a tornar-se matéria publicizável, não conseguindo, no entanto, fazer a passagem de um jornalismo partidário e até mesmo provincial, corriqueiro, para o chamado jornalismo investigativo, cuja característica é a presença de uma *agenda*.

Nos anos centrais desta pesquisa, entre 1979 e 1990, o ideal no qual se pauta *O Estado* é ainda o do comprometimento com seus leitores e com os interesses dos mesmos nos temas de administração pública e política estadual. Estava ausente, ou mal formulada, a ideia de um "jornal total", visando coberturas jornalísticas temáticas em longo prazo. Com relação à infância e à juventude, apenas com a criação do *Diário Catarinense*, em 1986, é possível verificar a tecnologia da agenda jornalística sobre temáticas relacionadas, através da comparação de ambas as publicações. A jornalista Cristina Ponte analisou a passagem, em periódicos portugueses, de um modelo de jornalismo tradicional, 'noticioso', para um modelo jornalístico de agenda. Sua análise parece bastante inteligível ao contexto que inferimos:

> O balanço dos primeiros anos desta perspectiva integrada de notícias reunindo educação, justiça, saúde, cultura e assistência à criança foi assim marcado por factores de ordem organizacional e de mercado. A institucionalização do tema nas redações seguiu duas linhas: a cobertura de temas de proximidade com os leitores e um "jornalismo de cruzada". (...) Na verdade, este *jornalismo de campanha*, com

[1] O lançamento de "O Estado". **O Estado**. 13 mai. 1982.

ISBN: 978-85-98711-10-2

> definição de estratégias de cobertura temática de longo prazo vai pautar critérios de avaliação do que será noticiado: num cenário de agendamento prolongado de um tema é necessária a alimentação contínua de notícias que reforcem a pertinência que lhe é dada (Ponte; 2005, p. 89 - 90).

Ou seja, quando um tema torna-se agenda, ele é veiculado constantemente, em suas diversas facetas. Adentrando o universo da infância e da juventude, percebemos que mesmo quando não há nada novo a noticiar existe uma preocupação e também uma demanda por veicular informações sobre saúde, educação, direitos, enfim, envolvendo os mais jovens membros da sociedade. Algumas matérias e notícias sobre infância e juventude realizadas por *O Estado*, analisadas neste contexto – em que as fontes são o centro da problematização - se apresentam mais como fruto do interesse pessoal dos jornalistas que as produziram e menos de um agendamento temático, do comprometimento social dos editores do jornal com as temáticas abordadas. É com base na incoerência da produção das reportagens frente ao número de notícias que inferimos a esse respeito. Protagonistas das páginas policiais, sendo abundante o número de acidentes mortais, violências, sequestros, infrações e negligências envolvendo crianças e jovens, são bastante menos numerosas matérias produzidas a respeito dessas situações.

Este é o caso, por exemplo, da violência sexual. Sem receio de parecer um eufemismo, é possível afirmar que são raros os dias, nestes 12 anos de pesquisa, em que não é veiculada nenhuma notícia sobre abuso, violência ou exploração sexual envolvendo meninos e meninas. Existe uma questão de gênero bastante evidente no cenário da violência sexual, uma vez que são as garotas as mais vitimadas por violências deste tipo. Neste período, apenas uma matéria é publicada problematizando estes fenômenos em sua realidade de gênero, classe, etnia/raça, já no ano de 1989.

Para além do noticiado ou não, é a seleção, dentre uma gama ampla de cotidianidades, do que é relevante transformar em notícia, aquilo que importa neste trabalho. Nas últimas duas décadas, no Brasil, a suposta neutralidade do discurso jornalístico vem sendo questionada paulatinamente, abrindo campo para se problematizar a fonte de informação e a subjetividade dos envolvidos nas matérias. No entanto, a velha noção de *fato*, que permeia as mentes de jornalistas – e de

ISBN: 978-85-98711-10-2

historiadores/as – há tanto tempo é ainda palavra chave no exercício do jornalismo mais crítico e atual.

No âmbito da História Cultural, foi talvez a noção de *invenção* uma das protagonistas no que toca à decadência da noção de *fatos*. Não que eles inexistam; menos ainda deixaram de ser evocados. A problemática colocada pela virada linguística, em meados da década de 1980, à perspectiva dos fatos históricos se refere à impossibilidade de o/a historiador/a ter acesso a eles. Como narrar a história se qualquer fonte será sempre parcial, imprecisa e subjetiva? Em outro plano, os fatos são invenção do/a historiador/a, que olha com olhos do seu tempo ao passado e nele encontra um problema a desvendar. Por seu turno, a história narrada é resposta satisfatória sempre relativa e não definitiva.

Aquilo que o historiador Durval Muniz de Albuquerque adverte à produção histórica, a saber, que não se deixe pensar que a História escreve a si mesma, que os fatos se impõem como evidência (2007, p. 32), é a peça chave para se ler esta história da infância e da juventude em Florianópolis, que buscamos construir. Nada poderia ser mais equivocado do que tomar por absoluto o material noticiado sobre o cotidiano dos/as pequenos/as. As matérias articulam, sobretudo, uma série de valores e de discursos dos quais buscamos entender a emergência, entender seus desejos e suas implicações nestas vidas. As notícias falam sobre experiências que não podemos recuperar, mas possibilitam apreender os sentidos do que é noticiado, negligenciado; aquilo que se coloca como centro dos problemas sociais.

O que busco apontar com esta articulação entre as temáticas da infância e juventude e a produção de um cotidiano na cidade de Florianópolis, de acordo com a veiculação de acontecimentos de *O Estado*, é o problema da minha dissertação, que investiga a emergência do "problema do menor" nesta Capital. Em meu primeiro capítulo, utilizando principalmente as reportagens do periódico acerca do cotidiano, com ênfase na coluna *Ronda*, eu tento mostrar como havia, na Florianópolis daquele momento, uma série de situações envolvendo crianças e jovens que saltam aos olhos do/a historiador/a, pela quantidade de matérias e diversidade de temas noticiados. Ainda que, no entanto, estes temas não fossem abordados pelo viés de um "problema social". Não que fosse desejável ver tais situações sendo encaradas como tal; na realidade, busco

ISBN: 978-85-98711-10-2

entender como e articulando quais discursos se inventou a criminalidade infanto-juvenil como problema social se, de acordo com a documentação, havia neste momento uma série de outras questões envolvendo a infância e a juventude a merecer atenção midiática, das políticas públicas, etc.

Através desta ronda pela cidade, deste cotidiano apresentado pelo jornal, conhecemos a história dos meninos da construção civil, por exemplo, no ano de 1979. Dezenas de jovens, um verdadeiro exército de garotos, entre 12 e 17 anos, labutavam mais de dez horas por dia erguendo edifícios na capital catarinense. Separados de seus familiares, para ter que sustentá-los e a si mesmos, suas vidas não tinham entretenimento além dos jogos de cartas com os quais se divertiam nos 15 minutos livres entre o final do almoço e o início do turno da tarde. Ainda que as matérias deste tipo sejam narradas com certa dose de emoção, lemos com perplexidade as notícias de morte, acidentes de trabalho, da jornada dura da labuta, que os priva de fazer outras coisas que gozam os meninos da sua idade; situações apresentadas sem que a justificativa da marginalidade social estivesse ausente.

Ou seja, já que são pobres, as narrativas afirmam que é melhor trabalhar do que virar marginal. Eles fariam coisas adequadas à sua idade, como skate, surfe, etc., *se* não fossem pobres. Aqui me parece que aquela antiga noção, que permeava as mentes das elites do início do século XX e final do XIX, no Brasil, sobre as classes perigosas, se faz presente. O temor da marginalização social, que seria reflexo direto do mundo do trabalho desregrado e da falta de disciplina parece justificar porque trabalhos como este, ou os meninos trabalhadores das pedreiras, por exemplo, muito presente naquele momento em Florianópolis, não causavam maior desconforto.[2]

Por outro lado, vemos como os meninos e meninas biscateiros do centro da cidade são constantemente alvo de políticas sociais e educativas: o temor das classes médias com os trombadinhas se mostra através destas práticas, suspeitamos; mas também através da rotina dos cronistas da cidade ao escrever sobre estas personagens.

---

[2] Castel (2005) discorre sobre a abrangência do conceito de "classes perigosas" no tempo presente, em que os valores do trabalho e da família são ainda, como na origem do termo, na Inglaterra do século XVIII, termômetros de inseguridade para as classes médias e altas, no Brasil.

ISBN: 978-85-98711-10-2

De todo modo as atividades laborais - sejam aquelas problematizadas, tratadas com políticas públicas ou aquelas lidas pelo viés do descaso - estão presentes no cotidiano da cidade e na experiência diária dos pequenos e pequenas de Florianópolis. Se nos é possível esboçar um cotidiano daqueles idos anos das décadas de 1970 e 1980, esse certamente está permeado pela presença de crianças e jovens labutando para ganhar a vida.

Outra cotidianidade, lida como tal, bastante recorrente e pouco abordada enquanto fenômeno social e cultural, são as fugas de casa e os raptos consensuais, casos amorosos. É possível entender as fugas que os jovens empreendiam de seus lares, para viver na aventura, na labuta diária da sobrevivência no mundo urbano, como um fenômeno gravíssimo naquele momento, que colocava em pauta as violências cotidianas vividas no interior dos lares, jogando para as ruas centenas de meninos e meninas, apenas em Florianópolis, anualmente.

Estes acontecimentos recorrentes, porém tratados sem importância, são os temas principais da coluna *Ronda*, responsável por possibilitar que um cotidiano infanto-juvenil fosse narrado para além do tema da criminalidade, que roubou todas as atenções dos redatores de matérias de corpo de página, nestes anos. Suas narrativas, como o termo sugere, são passagens pelo cotidiano da cidade, *Rondas*, bem como as caminhadas de reconhecimento propostas por Michel de Certeau (1998): achados do perímetro urbano que significam lugares e pessoas, palco para estratégias e táticas de seus personagens. Se não fosse esta coluna, que sobreviveu, como afirmado anteriormente, à passagem a um jornalismo investigativo, seria impossível, talvez, uma narrativa do cotidiano dos pequenos e pequenas nesta cidade a partir destas fontes, pois todos os acontecimentos corriqueiros estariam ausentes e/ou minimizados de outras formas.

Muitas vezes a coluna veicula narrativas de ninguém, onde estão ausentes todas as informações típicas do material jornalístico, nome, idade, o que aconteceu, porque, etc. Parece que estamos nos inteirando de uma conversa de comadres e compadres, ou ainda, que alguém fez uma fofoca ao colunista que, não tendo acesso aos detalhes, narra histórias descaracterizadas. Através de duas reportagens busco demonstrar quais são as características das narrativas desta coluna. Elegi dois temas que, assim como o trabalho

ISBN: 978-85-98711-10-2

infanto-juvenil e as fugas de menores, são temas noticiados com frequência, porém, sem grande "alarde": os maus-tratos e os acidentes urbanos.

Em abril de 1990 um menino sofreu um acidente em via pública, que envolveu um caminhão cujo motorista fugiu sem prestar socorro. Nos informamos do acontecimento da seguinte maneira:

> O motorista do caminhão placas WX 4903, de propriedade da empresa arroz soltinho, está precisando com urgência de um óculos. O moço feriu o garoto J. L., de 15 anos, deixando-o prensado entre as paredes do Supermercado Luciano em Barreiros e de uma loja depois de dar a ré no veículo. O rapaz foi socorrido por populares e encaminhado ao hospital enquanto o motorista, um tremendo cara-de-pau, fugiu sem deixar pistas.[3]

Como vimos, as notas da coluna ronda, como esta, são relatos curtos, com certa dose de humor, ou ainda, caracterizados pela ironia, muitas vezes em tom de denúncia. Outros títulos de notas sobre atropelamentos, que são considerados temas menores, mas que tiraram a vida de milhares de jovens e crianças do período são, por exemplo: "boliche de gente", "esfolando os pequenos" e "pesadelo infantil".[4] É interessante perceber que, fugindo à regra da coluna, o menino foi descrito através de suas iniciais e sua idade. O fato chama atenção porque os acidentes envolvendo menores não costumavam seguir, neste período, o padrão de veiculação dos nomes próprios através das iniciais, sendo os nomes e sobrenomes escritos por extenso.[5]

O segundo trecho diz respeito a uma temática absolutamente presente neste momento, mas que passa a ser problematizada, por profissionais catarinenses das áreas de Assistência Social e da Saúde, principalmente, apenas bem próximo à década de 1990, já sob a luz das discussões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Vejamos a narrativa:

---

[3] Infrator e fujão. **O Estado**. 28 abr. 1990.

[4] As reportagens são, respectivamente: Boliche de gente. **O Estado**. 08 mar. 1981; Esfolando os pequenos. **O Estado**. 22 jan. 1981, e; Pesadelo Infantil. **O Estado**. 21 mar. 1981.

[5] Refiro-me ao Artigo 3º, Título I, que tem a seguinte redação: "Os atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a menores são gratuitos e sigilosos, dependendo sua divulgação, ainda que por certidão, de deferimento da autoridade judiciária competente. Os editais de citação limitar-se-ão aos dados essenciais à identificação dos pais ou responsável. Parágrafo único - A notícia que se publique a respeito de menor em situação irregular não o poderá identificar, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência, salvo no caso de divulgação que vise à localização de menor desaparecido". **BRASIL**. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

ISBN: 978-85-98711-10-2

> Miséria de vida
> Semana passada, Maria de Lourdes Wigenhausen recebeu um convite de uma amiga sua para jogar bingo, topando a parada e saindo para fazer uma fezinha e ajudar o tempo passar. Chegou na casa em que estavam as cartelas vazias a lhe esperar, sendo apresentada e acomodando-se em seu posto de batalha. Até que ia bem, com a mesada alegre e divertida, já tendo ganho algumas rodadas quando, depois de um pouco de K-suco, a bexiga apertou. Como o banheiro em que bateu estava ocupado e a vontade era grande, avistou um outro banheiro no fundo da casa e pra lá tocou rapidinho. Só que, ao abrir a porta e acender as luzes, ficou horrorizada com o estado miserável de uma pequena criança, aparentando 10 anos, que lá dormia, sob o cimento frio. Acordando-a, Maria de Lourdes logo compreendeu que tratava-se de uma excepcional, relegada a uma vida sub-humana. Levando a criança, a sala, com sua aparência seqüela, esfarrapada e imunda, provocou um choque nas demais senhoras presentes, acabando com o jogo e vendo a anfitriã explodir em prantos, num misto de raiva e remorsos. Depois que a mulher desabafou, todas as presentes ficaram sabendo que tratava-se de uma deficiente mental que, por vergonha de sua mãe, foi proibida de dar as caras no mundo. Desde pequena foi criada em cárcere privado (um diminuto e fétido banheiro), carecendo de carinho e uma educação que ao menos tentasse sua reabilitação. Indignada, Maria de Lourdes comandou uma turma de senhoras que presenciaram tais fatos à polícia, já tendo sido aberto inquérito policial na tentativa de arrebatar a pequena deficiente de seu miserável ambiente e tentar lhe dar um futuro um pouco mais humano.[6]

Como percebemos, o "acontecimento" só nos é desvendado na metade da nota. Apesar de maus tratos, acidentes, tragicidades, raptos, etc. serem temas recorrentes, eles são apresentados desta forma: aconteceu desta maneira, é narrado, é esquecido: são matérias menores - pelo menos é o que sugere a narrativa desinteressada das notas desta coluna.

As violências e múltiplas negligências vividas por esta menina, então com dez anos de idade, foram encaradas em tom de denúncia pelo jornalista. Como vimos, o grupo de senhoras que presenciou o "descobrimento" da menina deslocou-se até a delegacia e realizou uma denúncia, enviada posteriormente, acreditamos, ao Juiz de Menores. A frustração da leitora para com o interesse pelo caso é enorme: ele não voltou a ser notícia e ficamos sem saber se a pequena seguiu vivendo uma história de privações ou encontrou melhores caminhos. Tampouco somos informados sobre o

---

[6] Miséria de vida. **O Estado**. 05 mai. 1981.

ISBN: 978-85-98711-10-2

decorrer do processo - se é que foi aberto inquérito a respeito, como sugeriu-nos a nota acima.

Parece-nos que há o privilégio por discorrer longamente, em corpo de página, sobre acontecimentos excepcionais. Por outro lado, parece evidente que este grupo empresarial e seus colaboradores elegem aquilo que é importante, aquilo que se tem que colocar na ordem das coisas importantes, ou mesmo o que vai ser narrado com excepcionalidade: os problemas de segurança envolvendo os jovens. Consideramos que a matéria narrada acima, por exemplo, não costumava ocorrer todos os dias, naquelas circunstâncias. Contraditoriamente, os furtos, assaltos e demais infrações, narrados com tanta evidência, apresentam características bastante comuns, como situação de pobreza, discursos sobre a família popular e os valores morais das mesmas.

Para finalizar, concluindo que, dentre uma série de violências, explorações, fatalidades, é o menor suspeito de delito quem é alçado à categoria de "problema social", não é possível não recordar aquilo que Foucault (2008) nos coloca sobre a sociedade de segurança: para este dispositivo, os dados marginais não precisam ser erradicados, mas eles tem que ser equilibrados conforme um padrão aceitável. Os problemas no interior das famílias, como a pobreza, a exploração, a fome, a violência, não são problemas centrais para a sociedade de segurança, não até que ela produza marginalização, esta sim, a se considerar um problema para o estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru/SP: Edusc, 2007.

BRASIL. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petropólis, RJ: Vozes, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ISBN: 978-85-98711-10-2

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder**: a comunicação em Santa Catarina. Florianópolis:

Lunardelli, FCC edições, 1992.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: a invenção da infância pelo discurso jornalístico. (1970 – 1990). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.